

**ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005**

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----  
-----**REUNIÃO 25 DE FEVEREIRO DE 2005**-----  
-----**ACTA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E CINCO**-----  
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – Lúcia Maria Silva Poseiro;-----  
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Adelino Manuel Rosa Simões (PSD); Carlos António Casimiro (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Carlos João Pereira da Fonseca (PSD); Susana Paula Geraldês T. Manco (PS); João António Ricardo Mateus (BP).; Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Abel José M. Bruno Henriques (BP); Paulo Pereira Rodrigues (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Victor Manuel Ferreira Fonseca (PS); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); António Feliciano Júnior (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Maria Norberta P. Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP).-----  
-----Faltou a esta reunião o senhor Américo António Melro Sebastião (PSD).-----  
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, vereadores Luís Alberto Camilo Duarte, Jorge Manuel Costa Pereira, Manuel Quintino Filipe Silva e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Aires, a Chefe de Divisão técnica Antónia Vargas, o Chefe da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo Alberto Jorge Jerónimo, a Técnica Superior Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira.-----  
-----Pelos 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município do Bombarral.-----  
-----**ACTA N.º 13/2004:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 17 votos a favor e 6 abstenções aprovar a acta n.º 13/2004 da sessão de 17.12.2004.-----  
-----**ACTA N.º 14/2004:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 19 votos a favor e 4 abstenções aprovar a acta n.º 14/2004 da sessão de 28.12.2004.-----  
**PRESENCAS:** Pelos 21.45 horas compareceu na sessão a senhora Susana Paula Geraldês T. manco.-----  
-----**ACTA N.º 01/2005:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 20 votos a favor e 4 abstenções aprovar a acta n.º 01/2005 da sessão de 07.01.2005.-----

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

-----**EXPEDIENTE:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão ordinária.-----

**PRESENCAS:** Pelas 21.50 horas compareceu na sessão o senhor João Paulo Hermenegildo.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pelas 21.55 horas iniciou-se o período de 60 minutos antes da ordem do dia.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento à Assembleia sobre as actividades onde esteve presente em representação da Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território leu o seguinte relatório: “A Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território da Assembleia Municipal reuniu nos passados dias 6 de Janeiro e 24 de Fevereiro de 2005. Na primeira destas reuniões foi analisada a Carta de Princípios da Mata Municipal bem como uma proposta do Grupo de Trabalho da Mata Municipal sobre a necessidade da CMB providenciar a elaboração de um estudo geológico para determinar a profundidade a que se encontram os lençóis freáticos junto à Mata. (Ambos os documentos seguem em anexo a este relatório). Quanto à Carta de Princípios a questão mais debatida prendeu-se com a realização dos Festivais do Vinho e da Pêra Rocha na Mata havendo quem defendesse que a sua retirada poderá levar à sua extinção, enquanto que outros consideraram que seria benéfico que estes certames tivessem espaço próprio. A Comissão aprovou por unanimidade uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para que se proceda à elaboração de um estudo geológico, a fim de se determinar a que profundidade se encontram os lençóis freáticos na Mata Municipal, elemento este que é significativo para avaliar o impacto causado pelas construções na sua envolvente e verificar a sua interferência no escoamento das águas subterrâneas provenientes da Mata Municipal. Voltou a ser discutida a questão da Antena Repetidora do Carvalhal, que não se encontra autorizada, concluindo-se da necessidade de que a mesma seja retirada. Foi pedida informação sobre o andamento do projecto de construção da delegação da Caixa Agrícola do Bombarral na Delgada, tendo o Sr. Presidente da Câmara esclarecido que este projecto deu entrada nos serviços a 26/3/04. Os serviços notificaram o requerente quanto a anomalias existentes em 30/4/04. A Caixa Agrícola respondeu a esta notificação em 14/12/04, pelo que esta resposta estava a ser objecto de análise técnica na data da reunião. Quanto ao andamento das obras implicações concelhias do Emissário das Águas do Oeste, o Sr. Presidente da Câmara não tinha informações para dar pelo que este ponto voltou a ser agendado na 2ª reunião. Nesta o Sr. Presidente da Câmara informou que a execução do Emissário passa por três empreitadas: - o troço inicial vem da nascente do rio Real até ao Sanguinhal; (com um prazo de execução de 90 dias) - o 2º troço vem da nascente do rio Begota, passando por Á dos Ruivos e o Vale Touro; - o 3º troço inclui já a região de Óbidos e conclui-se com a ETAR da Charneca. A ETAR da Azambujeira manter-se-á em funcionamento e serão construídas várias estações elevatórias, entre elas uma no Sanguinhal e outra no Pó. A Comissão alertou para o facto de não

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

havendo separação numa área significativa do concelho, as águas pluviais serem contabilizadas na entrada do colector como esgoto, o que implicará grandes custos para o município. No que respeita ao URBCOM e Plano de Urbanização da Vila, o Sr. Presidente informou que após o indeferimento do 1º e mesmo após a classificação do nosso concelho como economicamente deprimido, não se encontrou ainda qualquer alternativa. O atraso no Plano de Urbanização da Vila prende-se com um desfasamento da cartografia entregue à empresa, já que a mesma é de 1997. Como está prevista para Março / Abril a entrega de nova cartografia pela AMO, nessa altura a empresa passará a ter o material necessário para avançar. Quanto ao ponto da situação da execução da 1ª fase de construção do Parque de Campismo Rural do Picoto, a Comissão foi informada que foi executado 52,75% , tendo havido 10.999.32 Euros de trabalhos a mais nas bases dos Pavilhões, sendo certo que muito do executado foi vandalizado. Questionando-se a forma de concluir a execução desta fase, sem o plano e o orçamento de 2005 aprovados, o Sr. Presidente referiu que existem verbas no Orçamento de 2004 na Medida Agris, embora reconhecesse que estas não são suficientes. No período de antes da Ordem do Dia foram abordados os seguintes assuntos: - Concurso Internacional para a construção de Estações de Tratamento das Suiniculturas, querendo-se saber se a que se situará entre Cadaval, Bombarral, Lourinhã, irá ou não ser localizada no nosso concelho. O Sr. Presidente da Câmara disse não ter essa informação. - Regulamento do Pólo II, tendo sido pedida informação quanto à sua elaboração. Fomos informados que o mesmo está a ser estudado e preparado por várias secções dos serviços, que reunirão na próxima semana. A próxima reunião desta Comissão ficou agendada para 7 de Abril e terá a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Ponto da Situação da Revisão do PDM. 2. Ponto da Situação dos vários Planos de Pormenor em elaboração 3. Mata Municipal, ligação ao Grupo de Trabalho da mesma.”-----

-----O senhor Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento informou não se ter ainda realizado nenhuma reunião desta comissão, estando marcada a próxima reunião para dia 04 de Março. Mais informou que no passado dia 02 de Fevereiro foi prestar declarações no Ministério Público no âmbito da queixa apresentada por esta Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Comissão para a Integração da Pessoa com deficiência declarou que a comissão reuniu na última sexta-feira de Janeiro, tendo conseguido finalmente dar inicio a um conjunto de objectivos, esperando reunir em breve com a população deficiente para depois solicitarem uma reunião de trabalho ao vereador da área social. Constataram que não existe feito no concelho nenhum levantamento das pessoas com deficiências, o que lhes parece dever ser uma prioridade. Não existe também uma ficha tipo que permita fazer o levantamento de quem são e onde estão os deficientes do nosso concelho. Pretendem este ano lançar jornadas de sensibilização prioritariamente direccionadas para as escolas, esperando contar com a presença de atletas paralimpicos que levem aos mais pequenos a noção de que ser diferente não impede que se seja vencedor. Vão dividir a comissão em três grupos para tornar mais eficaz a ligação com os diversos sectores. Têm interesse em acompanhar a elaboração

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

do Plano Director Municipal para que não haja mais edifícios com dificuldades de acesso. Vão intervir junto da população através da comunicação social sobre a nova filosofia dos cartões de estacionamento para deficientes. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal disse que “Tendo tomado conhecimento pela acta da reunião de Câmara de 09.02.2005, da reprovação por parte dos senhores vereadores de uma proposta com vista à elaboração de uma alteração orçamental com o fim específico de possibilitar a cabimentação integral da verba a transferir para as juntas de Freguesia, no âmbito do protocolo de delegação de competências oportunamente aprovado por esta Assembleia, cujo teor transcrevo. “PROPOSTA DE ALTERAÇÃO – VERBAS PARA JUNTAS DE FREGUESIA: Presente a seguinte proposta do senhor vice-Presidente da Câmara: “Considerando o reconhecido interesse em apoiar as actividades das Juntas de Freguesia e de implementar o protocolo de delegação de competências; Considerando que por unanimidade quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal aprovaram os termos e valores do protocolo de delegação de competências para o ano de 2005; Considerando a necessidade de se implementar o citado protocolo e equacionar o pagamento das verbas respeitantes ao primeiro trimestre; Proponho: 1. Que a Divisão Financeira elabore alteração orçamental a ser presente à próxima reunião de Câmara com o fim específico de possibilitar a cabimentação integral da verba a transferir para as juntas de Freguesia; 2. Que seja rectificado o teor da alínea 23) do ponto 0015 da acta 02/2005, passando a constar do mesmo o valor de € 310.000.” INTERVENÇÃO: Os vereadores do Bombarral Primeiro, concordando e tendo tido algum empenho no aumento das verbas para as Juntas de Freguesia, por uma questão de princípio entendem que também devem reprová-la para acelerarem a discussão do orçamento para 2005 que se encontra unicamente na pendência do Presidente da Câmara. INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara disse não ser completamente verdade que as questões do orçamento estejam apenas pendentes do Presidente da Câmara, dado que foi a Assembleia Municipal quem reprovou o orçamento e PPI. INTERVENÇÃO: O senhor vereador Jorge Costa Pereira disse concordar com o reforço das verbas para as Juntas de Freguesia, não pode é depois de ter reprovado a alteração orçamental para adequar o orçamento de 2005, aprovar unicamente a proposta de alteração por causa das Juntas de Freguesia. Colocada a proposta à votação, foi a mesma reprovada com os votos favoráveis do proponente, do Presidente da Câmara e do vereador José António Filipe e os votos contra dos senhores vereadores Luís Duarte, Rui Viola, Manuel Quintino e Jorge Costa Pereira.” Não posso deixar de manifestar o meu desagrado pela manifesta falta de sensibilidade demonstrada pelos senhores vereadores para com os problemas das Juntas de Freguesia do Concelho. O PSD reconhece e já o manifestou publicamente através dos seus dois vereadores na Câmara, a urgente necessidade de elaboração e aprovação do orçamento e PPI para 2005, mas enquanto tal não sucede, não se justifica que sejam postos em causa a actividade das Juntas de Freguesia e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida das populações. Lembramos que o protocolo em vigor em 2004 era específico para aquele ano, não fazendo sentido pretender pagar as mesmas

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

verbas, dado que não foi isso que foi aprovado para 2005. Apelo aos senhores vereadores para que não tornem as Juntas de Freguesias reféns na tentativa de pressionar o senhor Presidente da Câmara a apresentar novo orçamento e PPI e que o mais rapidamente possível aprovem a referida alteração orçamental.” -----

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (CDU) disse que depois da forma intempestiva como o senhor vereador José António Filipe reagiu nesta Assembleia Municipal quando foi discutido o Regulamento da Piscina, felicitou-o pelo reconhecimento de que tinha tido uma primeira intervenção que não seria a mais correcta. Tendo em conta que foi a 31.01.2005 que o vereador se queixou que ainda não tinha sido enviado o ofícios aos grupos municipais e como ainda não receberam nada, gostava de saber se vão ou não receber o regulamento. -----

-----O senhor Paulo Pereira (PSD) solicitou esclarecimentos sobre que medidas foram tomadas para fazer a candidatura à Escola de Hotelaria e Turismo. Em caso de inviabilidade da mesma vir para o Bombarral que informação tem o senhor Presidente da Câmara sobre o futuro da Casa Escola Agrícola, uma vez que têm a informação que o Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, teria abordado a APDR a manifestar interesse em adaptar as instalações da Casa Escola Agrícola As Palmeiras, para funcionamento com cidadãos portadores de deficiência. A confirmar-se seria um sinal positivo de que este município recebeu a mensagem do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência e que iríamos ter na área do nosso concelho uma infra-estrutura importante para os nossos jovens deficientes, evitando que os tenham de se deslocar para Caldas da Rainha. Por outro lado seria provavelmente a mais adequada utilização para aquele espaço. --- -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) registou com agrado o envio das actas das reuniões de Câmara para os líderes dos grupos municipais através de correio electrónico. É um bom sinal e poupa-se muito dinheiro. Se calhar através de iniciativas dos funcionários deu-se um sinal de modernidade e poupança. Espera que esta iniciativa seja para vingar e que alguns documentos da Assembleia Municipal possam ser enviados pela mesma via. Outra nota positiva é protocolo da Loja Já, que é um exemplo importante daquilo que o Bombarral pode fazer na Comunidade Urbana do Oeste. Não temos nem mar nem castelos mas temos o nosso centralismo para a região e as acessibilidades, pelo que podemos servir como factor de desempate. É um bom exemplo e é de felicitar o senhor Secretário de Estado Feliciano Duarte, o senhor vereador José António Filipe e toda a Câmara Municipal. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o Teatro Eduardo Brásão, dado sentirem que existe uma novela à volta desta obra, perguntando qual a data em que terminou o prazo de execução, o que falta para terminar e que demarches foram feitas junto do empreiteiro para o pressionar a concluir a obra. Quanto ao parque de campismo do Picoto, lembrou que se vão repetindo as sessões e à já várias actas atrás que o senhor Presidente da Câmara se comprometeu a distribuir pela Assembleia Municipal informação sobre a divisão das verbas do programa Agris. O senhor Presidente da Câmara tanto se penitencia que qualquer dia tem um processo no Vaticano para ser beatificado. -----

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) felicitou o PS pela recente vitória eleitoral, fazendo votos de que consiga juntar as forças necessárias para concretizar um bom governo para o País. Aplaudiu a intervenção da D. M.<sup>a</sup> Los Angeles quando fez referência à necessidade de defesa do meio ambiente, julgando de toda a pertinência apoiar a iniciativa referida. Chamou mais uma vez a atenção do senhor Presidente da Câmara para tratar do processo do Parque de Campismo do Picoto com a atenção que merece. É um projecto que está em banho Maria, não sabendo o que se passa, pelo que gostaria de ver empenho da parte dos responsáveis da Câmara Municipal. Parece-lhe não existir uma ideia por trás do projecto. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) declarou que “O PS do Bombarral congratula-se pelos resultados eleitorais de dia 20 de Fevereiro decorrentes de uma votação expressiva dos Bombarralenses na mudança! Congratulamo-nos pela vitória obtida pelo PS nas freguesias de Bombarral, Roliça e Pó e com os bons resultados na freguesia do Carvalhal (com apenas 8 votos de diferença) e na freguesia de Vale Covo (com apenas 69 votos de diferença num universo de 656 votantes). Apesar de no Distrito de Leiria o PPD/PSD ter sido a força política vencedora, a verdade é que o PS ganhou no concelho do Bombarral sem se fazer acompanhar por bandas ou secretários de estado. No concelho do Bombarral o PS dirigiu-se ao eleitorado com um pedido de esperança, pondo fim ao discurso da “tanga” ou do “pântano”, e apelando aos bombarralenses para a hora da mudança. Esta mudança é também um sentimento expresso pela maioria dos concelhos que pertencem à Comunidade Urbana do Oeste, que viram no PS a tarefa de desempenhar um papel governativo essencial num momento particularmente difícil para o País e especialmente para o desenvolvimento da Região Oeste. Tal como o futuro Primeiro Ministro referiu na noite das eleições, entendemos esta votação com o maior sentido de responsabilidade: a responsabilidade de voltar a fazer com que os Portugueses acreditem que são capazes de mudar o seu futuro e estamos confiantes de que o próximo Governo saberá honrar as promessas que apresentou ao País. Também é este o espírito que nos move no Bombarral: Acreditar que o Bombarral vai mudar! Teatro (acta 09/02/2005) – Gostaríamos que o senhor Presidente nos informasse do seguinte: Porque é que “é delicado” o facto da inauguração do Teatro Eduardo Brasão ter sido marcada para Abril, quando o senhor Presidente já havia sido informado dessa pretensão em Novembro de 2004? Porque razão é agora colocada a questão das obras em falta no projecto, quando o senhor Presidente da já tinha conhecimento há muito tempo pela direcção da União? Esperamos que não se repita no futuro a mesma vergonha que ocorreu no passado, em que a União Cultural e Recreativa do Bombarral teve que fazer um esclarecimento público sobre a prevista inauguração marcada à revelia da mesma por parte da Câmara. O teatro, como qualquer outro bem municipal, não deve ser alvo de aproveitamento político. O que está em causa é, o mais rápido possível, devolver aos bombarralenses o que é seu por direito! E estas manipulações políticas só contribuem para a deterioração do teatro e em nada beneficiam a população. Programa Rede Social – Congratulamo-nos pelo facto da Câmara Municipal ir apresentar publicamente o diagnóstico social do Bombarral, um dos factores mais importantes à actuação da

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

Câmara Municipal. Só temos que lamentar o facto de ter sido necessário que o PS do Bombarral estudasse e manifestasse publicamente a sua preocupação sobre os valores divulgados pelo Instituto de Segurança Social, que considera o concelho do Bombarral um concelho envelhecido e desertificado.” Quanto ao apelo hoje feito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal para os vereadores terem atenção às necessidades das Juntas de Freguesia, subscreve-o mas também faz um apelo ao senhor Presidente da Câmara. Sem orçamento a Câmara não pode gerir os seus dinheiros e honrar os seus compromissos. O senhor Presidente da Câmara sabe que tem o apoio de todas as bancadas para a necessidade de conclusão do Parque de Campismo do Picoto, pelo que é urgente o orçamento para 2005. -----

-----O senhor Presidente da Câmara declarou que há semanas atrás estiveram agendados em ordem de trabalhos dois pontos – um era uma alteração orçamental que visava adequar e permitir a execução de algumas obras do município e outro era uma proposta tendente ao reforço das verbas das Juntas de Freguesia. “segundo as considerações técnicas do POCAL, a execução do orçamento refere: «as dotações orçamentais constituem o limite máximo a utilizar na realização das despesas e nenhuma pode ser efectuada sem que, para além de ser legal (inscrita no orçamento) tenha cabimento no correspondente saldo orçamental». Acresce ainda «a assunção de compromissos exige a prévia informação de cabimento dada pelo serviço do orçamento e contabilidade. Isto conduz, portanto, a que a assunção de encargos sem a correspondente e prévia cobertura orçamental determina a sua invalidade». Na ausência parcial de cabimento de obras iniciadas e legalmente autorizadas (já adjudicadas ou em fase de adjudicação), terá de se proceder a uma modificação orçamental adequando o PPI 2004 corrigido à realidade de 2005, aumentando a flexibilidade e racionalidade da execução do orçamento. Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei 5-A/2002, compete à Câmara elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento, e na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento por forma a entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de cada ano, coincidindo o orçamento anual com o ano civil, tal como previsto no artigo 9.º da Lei 27/96, de 1 de Agosto conjugado com os princípios orçamentais do POCAL. Prevê o n.º 2 do artigo 49.º da citada lei, que a 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal se destina à aprovação das opções do plano e proposta de orçamento, salvo no ano da realização de eleições gerais. Ora, o esboço de orçamento para 2005 foi entregue na reunião de Câmara de dia 05 de Novembro, para que todos dessem o seu contributo. Os trabalhos prolongaram-se ao longo do mês de Novembro, tendo estes sido concluídos e posteriormente aprovados na reunião extraordinária de 07 de Dezembro, os quais se remeteram para a sessão da Assembleia a realizar dia 17 do mesmo mês. Foi com alguma consternação que presenciei o prolongamento sucessivo da ordem de trabalhos por 3 sessões e somente na última, a 7 de Janeiro de 2005, se iniciou a discussão de um instrumento de gestão económico financeiro vital, o qual espelhava uma definição concreta de prioridades face aos recursos disponíveis. Obviamente, de que todos assumiram não cumprir o

## **ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005**

estipulado por lei, isto é aprovar o orçamento por forma a entrar em vigor a 1 de Janeiro de cada ano em detrimento do desenvolvimento estratégico e sustentado do concelho. Não bastando o atraso verificado na discussão dos documentos previsionais, com todas as implicações inerentes sentidas pelos serviços, acresce ainda a reprovação dos mesmos e com os consequentes efeitos devastadores para o crescimento e desenvolvimento sustentado do concelho. Segundo o estipulado nas considerações técnicas do POCAL, ponto 2.3 – Documentos previsionais, quando, e passo a citar «em caso de atraso (reprovação) na aprovação do orçamento, manter-se-á em execução o orçamento em vigor no ano anterior, com as modificações que entretanto lhe tenham sido introduzidas até 31 de Dezembro. Após a reprovação dos documentos previsionais em 7 de Janeiro, os serviços cumpriram os procedimentos obrigatórios estipulados no POCAL, dando entrada em vigor do orçamento corrigido do ano (n-1). Posteriormente, iniciou-se a transição de ano cujo processo desenvolve-se com a seguinte sequência: Anulação de todas as ordens de pagamento emitidas no ano de 2004 e não pagas até 31 de Dezembro; transferência de todos os documentos credores não pagos. Esta transferência terá de se efectuar por classificação orçamental e por fornecedor de conta corrente ou fornecedor de imobilizado; transferência de todos os compromissos assumidos e não realizados, e do mesmo modo que o anterior, isto é por classificação orçamental e por fornecedor conta corrente / imobilizado. Após este processo de transição, iniciou-se a movimentação diária referente ao período desde 1 de Janeiro do corrente ano, no fim do mês de Janeiro, cujas tarefas são extremamente trabalhosas e demoradas. Neste momento decorre a conferência, regularizações e validação de movimentos tendentes ao encerramento de contas necessário para a apresentação dos documentos de prestação de contas de 2004, os quais têm de ser apreciados na segunda sessão ordinária do órgão deliberativo e remetidos ao Tribunal de Contas até 15 de Maio, sob pena de se incorrer em infracções previstas na lei 98/97, de 26 de Agosto – lei de organização e processo do Tribunal de Contas.» Estando em curso o prazo para prestação das contas e em face dos meios humanos existentes, deu instruções para que a elaboração das contas não fosse atrasada. Bem sabem todos que estando estabelecido que as sessões da Assembleia Municipal são à 6.ª feira, poderia excepcionalmente a Assembleia Municipal ter tomado a posição de reunir noutro dia da semana para que a aprovação do orçamento e do PPI fossem acelerados. Na própria reunião de Câmara referiu a circunstância de após a reprovação da proposta para reforço das verbas para as Juntas de Freguesia estudar-se-ia a forma destes órgãos não se verem diminuídos das resultantes do protocolo. Relativamente à Escola de Hotelaria e Turismo disse ter sido por si solicitado apoio a nível do estudo para apresentação em sede do pedido de audiência ao senhor Ministro do Turismo. Não obstante isso e como nos meios de decisão as coisas correram celeremente, foi tomada uma decisão que é pública, pelo que não conseguiu ter a tempo e horas o documento para apresentação da candidatura. De facto na reunião com a APDR foi-lhe dada informação de que o Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor havia solicitado conversações tendentes a procurar estabelecer na Casa Escola Agrícola As Palmeiras uma unidade naquele estabelecimento. Informou que por motivos de saúde não estão

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

hoje presentes o senhor vice-Presidente da Câmara e o senhor vereador José António Filipe. Quanto ao Teatro Eduardo Brasão não tem de cor o cronograma temporal de terminus da empreitada. Mas à excepção de pequenos trabalhos finais, todas as obras estão concluídas. O Teatro Eduardo Brasão não foi ainda recebido devido à questão da iluminação e à necessidade de testar os equipamentos. Relativamente ao Parque de Campismo, disse ser um facto que assumiu o compromisso de entregar a discriminação das verbas do AGRIS, mas por algumas dificuldades de trabalho não lhe foi ainda possível, mas pode referir que o valor da 1.ª fase era de € 238.351,62 e estão realizados 52,69%. Para que se possam aproveitar as verbas ainda disponíveis e porque aquela infra-estrutura serve o concelho, não o prestigia como responsável, já tendo sido solicitada uma incidência maior por parte do empreiteiro. Quanto à Mata Municipal, tendo em consideração as conclusões do grupo de trabalho, já pediu ao prof. Fabião para reunir dado ter anteriormente feito o respectivo acompanhamento. É um facto que houve uma assembleia no Teatro Eduardo Brasão onde foi aprovado um protocolo para levar a efeito as respectivas obras. Há algo de que o Presidente da Câmara deverá ter muitas críticas a receber, mas de todo em todo devem reconhecer que se andava há muitos anos a tentar efectuar aquela obras, mas só com esse protocolo a sociedade bombarralense recebe a obra sem ter contribuído com trabalho árduo, ficando o pecúlio para outras acções. Está pedida com urgência uma reunião para ser estabelecida a recepção da obra. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que o senhor Presidente da Câmara não respondeu ao essencial sobre a questão do Teatro Eduardo Brasão, achando inacreditável que um Presidente da Câmara numa obra destas tão emblemática, não saiba minimamente qual o prazo de execução da obra e nem pede ajuda aos técnicos. Lembrou que em 29 de Junho o senhor Presidente da Câmara tentou inaugurar esta obra. Faz-lhe confusão a resposta que o senhor Presidente da Câmara deu em reunião de Câmara ao senhor Luís Montez sobre os motivos de encerramento do Posto de Turismo. De santo o senhor Presidente da Câmara nada teve sobre o orçamento. Foi mesmo muito habilidoso parecendo um piloto de rallies numa chicane para dizer que quem tem a culpa é a Assembleia Municipal. Burro o senhor Presidente da Câmara não é e sabia perfeitamente qual ia ser a votação da Assembleia Municipal. A culpa foi do Presidente da Câmara que não reuniu as condições para elaborar um orçamento que fosse aprovado na Assembleia Municipal. Parece-lhe difícil que o orçamento não possa ser refeito. O problema é uma questão de política para o concelho. O Presidente da Câmara devia ter reformulado o orçamento de acordo com o seu pensamento político se não vão pensar que a Câmara Municipal é um mero gabinete de contabilidade. Toda a gente sabe de quem é a culpa do orçamento ter sido reprovado. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse compreender a preocupação do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal pelo facto do protocolo com as Juntas de Freguesias não conduzir à transferência das respectivas verbas. Não deixa de estranhar a coincidência pelo facto do senhor Presidente da Câmara ter preparado uma intervenção escrita. A pouco e pouco o senhor Presidente da Câmara vai transferindo o ónus da não aprovação do orçamento para a Assembleia Municipal.

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

Entendem que há algumas confusões. Enquanto que o PSD dá a entender que o importante é o protocolo com as Juntas de Freguesia, eles entendem que o mais importante é o orçamento. Lembra que ao longo dos últimos 3 mandatos o senhor Presidente da Câmara nunca conseguiu trazer o orçamento em Novembro, vindo sempre perto do Natal e às vezes carregado de chantagens. Lembrou que a última sessão teve 9 pontos pelo que não estranho que tivesse três reuniões. O método que o senhor Presidente da Câmara usa para dar as explicações não explicando nada, retrata bem a celeridade a que a Assembleia Municipal é forçada. Ainda hoje estão a repetir perguntas de há 6 meses.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse também estar preocupado com este assunto subscrevendo em parte as questões do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal. Se a rubrica tem € 152.000 isso poderia perfazer o pagamento de duas tranches às Juntas e depois poder-se-iam preocupar com o assunto, pelo que pergunta porque não se podem pagar as duas primeiras tranches do protocolo. Há algo que não percebe porque existe tempo desde que exista vontade. Como Presidente de Junta de Freguesia também está preocupado com a decisão. -- -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) felicitou o PS pela vitória nas eleições legislativas. Lembrou que se o PSD foi governo nos últimos anos foi porque o PS abandonou o governo. Há que saber ganhar e saber perder. O PS devia lembrar-se que quem falou no pântano foi o eng. Guterres que estava a falar do seu Partido se não se teria demitido. É bom não esquecer coisas que se passaram quando o eng. Sócrates foi Ministro do Ambiente. Teve meios para aplicar um choque tecnológico que custou mil milhões de euros e quando na maior parte da Europa se utilizavam outras soluções para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, Portugal descobriu os aterros sanitários, mas passados poucos anos concluiu que essa solução já tinha sido abandonada há 30 anos por todos os países da Europa. Espera que tenham aprendido e não voltem a repetir os erros cometidos nos 6 anos que estiveram no governo.-----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) considerou que o senhor Carlos João Fonseca acaba sempre por falar de questões pessoais. Considerou haver coisas boas em todos os partidos e se há uma coisa boa do PPD do tempo do Dr. Sá Carneiro é que este só autorizava os seus Ministros a dizerem mal durante os últimos seis meses. No PSD andam há 3 anos a queixarem-se do que os outros fizeram. A esperança é de mudança e isso é feito com todos. Congratulam-se por terem recebido um convite da Câmara no âmbito da Rede Social. A Câmara vai apresentar o diagnóstico da Rede Social que é um dos indicadores mais importantes e mais preocupantes. Lamentou que tenha sido necessário o PS vir expressar a sua preocupação para este documento ser apresentado. Disse que fazer a apresentação às 15.00 horas é impossível para quem trabalha. Este é um assunto que merece a preocupação de todos. Subscrive inteiramente a estranheza do senhor Mário Morgado pelo facto do senhor Presidente da Câmara trazer uma justificação escrita que não responde ao alerta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal. O senhor Presidente da Câmara é um

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

exemplo de falta de produtividade. Se não existe uma 2.ª versão do orçamento é porque o senhor Presidente da Câmara não quer. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse que também ficaram surpresos com a intervenção do senhor Presidente da Câmara quando este vem colocar a culpa na Assembleia Municipal. É lamentável mas não estranham. Ao que se lembra o orçamento nos últimos 3 anos nunca foi apresentado antes do final de Dezembro. A grande obra de um bom líder seria ouvir a oposição e gerar algum consenso. O senhor Presidente da Câmara não o fez e já se dizia que não tinha interesse em que o orçamento fosse aprovado. Todos se preocupam com o protocolo com as Juntas de Freguesia mas não os queiram pressionar a aprovar determinadas situações com chantagens. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) lamentou o facto da Câmara já ter esgotado o seu tempo com explicações pouco convincentes. Foi claro quando questionou sobre o parque de campismo do Picoto mas não ouviu uma explicação da parte do senhor Presidente da Câmara. Regista e lamenta até porque já colocou esta questão uma dúzia de vezes. Chama a atenção para a referência de que o PSD não estará interessado em que haja orçamento, lembrando que o PSD votou a favor para que haja orçamento em 2005. Estão preocupados com os problemas das Juntas de Freguesia mas não podem negar que estão preocupados com outras matérias de igual relevo. Não é pelo grupo municipal do PSD que não há orçamento e tudo farão para que haja orçamento este ano. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse que não fala em assuntos pessoais. Todos têm interesses profissionais e pessoais e isso leva-os a interessarem-se mais por umas matérias do que por outras. Há muitos anos que se interessa pelas questões do ambiente, lembrando que o actual Primeiro Ministro foi Ministro do Ambiente. Infelizmente nas campanhas eleitorais fala-se pouco destes assuntos. Gastar mil milhões de euros num projecto com 30 anos de atraso do ponto de vista tecnológico não é um bom cartão de visita para um Primeiro Ministro. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que salvo erro falou em responsabilidade e não em erro. A responsabilidade é um pouco de todos os eleitos. A reformulação do PPI para 2005 não diferirá muito do que foi apresentado em 2004. Sendo este o último ano do mandato não é gravoso referir que as obras são as que estão iniciadas e têm de ser concluídas e as previstas para se iniciarem em 2005. Em 2005 entraram num ano de responsabilidade verbal. De futuro irá fazer as suas intervenções por escrito para não virem dizer outras coisas que não as que se encontram escritas. Uma vez que foi reprovado o orçamento para 2005, o que se lhe colocou foi a procura de obter um parecer para saber se haveria vínculo da prestação, mas pensando na população entendeu não fazer o pedido de parecer, procurando saber dos recursos para satisfazer o protocolo com as Juntas de Freguesia. Desde a entrada em vigor do POCAL acabaram os duodécimos. Reprovado que foi o orçamento entrou em vigor o do ano anterior. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) questionou o senhor Presidente da Câmara sobre se vai ou não apresentar nova proposta de orçamento para 2005. -----

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

-----O senhor Presidente da Câmara assumiu a responsabilidade de procurar cumprir com os prazos de apresentação das contas no Tribunal de Contas. Todavia e porque não é possível tratar as contas e o orçamento em simultâneo tratará de providenciar a apresentação da proposta de orçamento. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia registou as afirmações do senhor Presidente da Câmara, registando também ter dito que a Câmara começou a discutir o orçamento no início de Novembro e terminou no início de Dezembro. A Mesa da Assembleia está disponível desde que a Câmara o peça para marcar qualquer sessão extraordinária no menor prazo legalmente possível. Tendo o orçamento sido reprovado a 07 de Janeiro, apenas durante 5 dias úteis a Câmara esteve sem orçamento. No final de Novembro, início de Dezembro, alertou o senhor Presidente da Câmara para o facto das vésperas de Natal e fim de ano coincidirem com sextas feiras, pelo que havia necessidade de convocar a Assembleia Municipal com alguma antecedência. Não pode ser assacada qualquer responsabilidade a esta Assembleia Municipal por só a 07 de Janeiro terem deliberado a reprovação do orçamento.-----

-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:** O senhor Presidente da Câmara informou que tendo sido feitas intervenções na freguesia de Roliça e na vila de Bombarral, este mês de Março irão intervir na freguesia de Vale Covo, bem como na Roliça, Columbeira, Azambujeira e Casal do Vale e depois irão ao Pó.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo enalteceu mais uma vez a forma como têm sido apresentados os relatórios. Devido à exactidão dos trabalhos mencionados chegou à conclusão de algumas dualidades de critérios. Em 2 meses e 18 dias de trabalho houve 37 dias no Bombarral, 109 no carvalhal, 22 na Roliça, 19 no Pó e 15 em Vale Covo. Ficou contente por ter ouvido o senhor Presidente da Câmara dizer que a próxima freguesia a ser contemplada com trabalhos será o Vale Covo. Alertou a Câmara Municipal que nesta altura a firma PRAGOSA está a destruir a estrada da urbanização Viver & Lazer devido à circulação de viaturas pesadas. Questionou quais foram os procedimentos relativos ao protocolo que a Câmara vai celebrar com o IEP sobre as obras na EN 361 em Vale Covo. Quanto à dualidade de critérios disse que a Junta de Freguesia substituiu a fechadura da escola do Vale Covo quando esta foi assaltada, mas quando tal sucedeu na escola do Bombarral foi a Câmara Municipal quem fez esse trabalho. Questionou também o senhor Presidente da Câmara sobre o auto de consignação de trabalhos da rede de esgotos das Gamelas Poente e sobre a abertura de novo procedimento para a 1.ª fase da rede adutora do vale Covo. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal reconheceu todo o trabalho desenvolvido na freguesia do Carvalhal pela Câmara Municipal. Lembrou a necessidade de pavimentação de vários arruamentos em A-dos-Ruivos e na sede de freguesia, bem como de dois largos no Carvalhal conforme projecto elaborado pelo GTL e também a pavimentação da Rua da Calçadinha. Lembrou que o Sanguinhal também faz parte da freguesia do Carvalhal e tem todos os arruamentos em péssimo estado.

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

Perguntou se existe ou não um projecto para o Santuário do Senhor Jesus. Solicitou informação de para quando se prevê o arranque das obras na Ponte Romana e da habitação social do Salgueiro. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça congratulou-se pelos trabalhos executados na freguesia da Roliça, mas lembrou o senhor Presidente da Câmara para não se esquecer da situação da Rua da Estação em São Mamede e também das Ruas Vasco da Gama e da Estacada na Delgada. Solicitou informações sobre a situação da pré-primária da Delgada. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que atendendo a que a informação recai sobre o final do ano esperava que o senhor Presidente da Câmara fizesse uma explanação justificativa pelo facto desses documentos apresentarem uma taxa de execução de 40% no PPI e 61% no orçamento. Lamentou porque a partir de meados de 2004 começaram a alertar para a baixa taxa de execução dos documentos. Existe uma enormíssima quantidade de rubricas com taxas de execução abaixo dos 50%. Lembra que em relação às contas a Câmara gastou mais € 32.229 do que o ano anterior. Quanto aos trabalhos por administração directa fica satisfeito por verificar que houve intervenções num vasto conjunto de povoações ao nível da conservação de estradas. Também se congratula com a referência do senhor Presidente de Junta de Freguesia do Carvalhal ao péssimo estado das ruas do Sanguinhal. Citou o facto de em Famões ter sido asfaltada uma serventia. Quanto ao calceteiro disse ser um profissional da Câmara que não executa trabalhos na sua área funcional. Lembrou que a Comissão para a Integração da Pessoa com deficiência tem recomendado a realização de trabalhos que podem ser executados por esse profissional. Olhando para os mapas de andamento das obras o que verifica é que a ligação da rede de esgotos da Delgada, adjudicada desde Julho, desapareceu e a desratização deixou de constar. Neste período no tocante a concursos públicos as obras cresceram 1 ou 2% excepto a rede de esgotos do Centeeiro que cresceu 26%. A obra do Teatro Eduardo Brasão também desapareceu. Depois existe uma incongruência porque no documento do orçamento consta 88% de execução. Lembrou que falta a Câmara Municipal dar uma resposta à direcção da União Cultural e Recreativa do Bombarral sobre se vai ou não haver condições para inaugurar o Teatro Eduardo Brasão a 02 de Abril. Também desapareceu a obra do campo de jogos que constava no mapa de Dezembro. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) perguntou se vai demorar a beneficiação da estrada Portela / Sanguinhal, lembrando que só este mês já houve cinco acidentes naquele troço de estrada. -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que a satisfação dos trabalhos na freguesia de Vale Covo abarca o Casal das Pêgas, Tracalaia e a estrada do cemitério. Quanto ao alerta sobre a firma PRAGOSA vai tomar a devida nota. Disse que a questão da reposição das condutas adutora e distribuidora, devido à segurança e à partilha da obra, a 1.ª fase foi um pouco adiada. Para a 2.ª fase está marcada uma reunião no IEP. O extremo Poente das Gamelas foi já adjudicado à firma Virgílio Cunha, Lda. Informou que as questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo estão levantadas. Devido à acção do GTL receberam esta semana a aprovação do

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

arranjo do Largo Nuno Álvares e vão procurar diligenciar a obtenção das verbas necessárias para a respectiva reparação. Tomou a devida nota da referência à degradação do polidesportivo descoberto. Vai procurar retomar a obra do polidesportivo do Pó. Tomou boa nota da questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó. Quanto à pré-primária da Delgada informou ter já feito contactos para negociar o terreno necessário. Trazia consigo os elementos referidos pelo senhor Mário Morgado, mas essa informação ficou no verso da folha. Quanto ao asfaltamento de serventia em Famões disse ter-lhe sido referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia que ia fazer esse esforço, pelo que entendeu colaborar servindo as populações. Quanto a obras em concurso, algumas delas foram colocadas em termos de calendário de execução. O desaparecimento de outras deve-se a terem sido completamente realizadas. Quanto à estrada da Portela disse que quando as condições climatéricas se tornam mais difíceis acabam por suceder ali acidentes. A sua preocupação tem sido na procura do enquadramento de apoios comunitários. Lembrou que o senhor Victor Garcia tem votado sistematicamente contra o orçamento quando lá vem essa obra. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal alertou o senhor Presidente da Câmara de que não lhe foi dada resposta à pergunta que formulou sobre o Santuário do Senhor Jesus. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse que há bastante tempo que ouve o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo falar nos dias de trabalho por administração directa nas freguesias. Era bom que existissem 19 dias de trabalho na freguesia do Pó, mas isso não é verdade. Se os mapas forem verdadeiros lança o desafio de irem ao Pó para o senhor Presidente da Câmara dizer onde foram feitos os trabalhos para se acabar com a suspeição de que o Pó está cheio de obras. Há 7 anos que faz pedidos ao senhor Presidente da Câmara mas nada foi feito. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse não ter ouvido referência sobre as competências do protocolo. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse não ter nada contra as boas obras. Referiu o alcatroamento de serventias em Famões não como critica mas em termos de outras prioridades. Quem observa o conjunto das freguesias nota diferenças. Há duas obras que não constam da listagem: a ligação de esgotos na Delgada constava anteriormente como adjudicada e agora desapareceu sem nunca ter aparecido como em curso; também o campo de jogos agora desapareceu. -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que a correcção da curva da Portela está adjudicada à firma Virgílio Cunha, Lda. Quanto à peremptoriedade da afirmação da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó, lembrou que não é ele quem elabora os mapas de trabalhos. Vai enviar uma discriminação dos dias e trabalhos executados. Quanto ao Santuário do Senhor Jesus, disse que tendo em conta a solicitação do senhor Padre Faria, procurou interceder junto de um arquitecto para elaboração do projecto. A ligação de esgotos na Delgada foi efectuada em 3 dias daí ter desaparecido da listagem. -----

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

-----**ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO OESTE:** O senhor Presidente da Câmara informou que este documento teve na sua génese o facto de no âmbito da AMO existirem algumas empresas que abrangem Câmaras Municipais que não fazem parte da Comunidade Urbana do Oeste, pelo que houve necessidade de adaptar os estatutos da AMO à criação desta comunidade.-----

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) considerou interessante que sendo o ofício de 14 de Setembro apenas chegue à Assembleia Municipal em finais de Fevereiro. Estando a AMO diminuída numa série de fins, em relação ao artigo 16.º em vez da diminuição do número de membros vêem os mesmos aumentar. Diminuem-se as competências mas aumenta-se o número de membros. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que têm assento na assembleia o Presidente da Câmara ou o vereador que o representa, porque por norma em nenhuma assembleia há 2 representantes da mesma autarquia. Nenhum Presidente da Câmara tem qualquer remuneração pelo trabalho que fazem nos órgãos da associação. Talvez seja uma forma de abertura aos vereadores. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse pensar que esta questão decorre da lei que regulamenta este tipo de associações. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse ter ficado espantado com esta proposta porque a ideia subjacente à criação da Comunidade Urbana do Oeste dava a entender que uma associação iria substituir a outra, assim há uma duplicação. Está-se a insistir na burocracia e na duplicação de órgãos que faz emperrar a máquina do estado. Pensa que isto não faz qualquer sentido. -----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que começou por referir que a criação desta associação tinha a ver com as o facto de haver empresas municipais que integram concelhos fora da Comunidade Urbana do Oeste e daí a necessidade de existência da AMO. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concordou com o que foi dito. Disse que a razão de ser desta proposta de adaptação tem a ver, para além das empresas, com projectos de que a associação é promotora, que estando a decorrer se prolongarão no tempo pelo que a AMO tem de continuar a existir. -----

-----Foi deliberado por unanimidade e m minuta aprovar a adaptação dos estatutos da Associação de Municípios do Oeste conforme constante do ofício 2004/1676 de 14.09.2004 da Associação de Municípios do Oeste. -----

-----**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DO CAPITAL DA EMPRESA TREVOESTE - PROJECTO INTEGRADO DE TRATAMENTO DOS EFLUENTES DAS SUINICULTURAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS TORNADA E REAL / ARNÓIA NO MONTANTE DE € 5125:** A necessidade de se constituir esta empresa tem a ver com a carga extremamente poluente que continua a conspurcar as águas proveniente das suiniculturas. Os concelhos de Alcobaça e Caldas da Rainha terão uma unidade de tratamento cada um. Também hoje a Assembleia Municipal do Cadaval está reunida para tomar esta decisão. A Câmara Municipal do Cadaval aprovou com a condição da unidade a instalar servir só o concelho do Cadaval e ter a aprovação da respectiva assembleia de freguesia. No antigo aterro sanitário vai

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

ser instalado canil municipal de Cadaval e Bombarral. Havendo algum grau de exploração de suiniculturas em Pêro Moniz, a respectiva Junta de Freguesia dá parecer negativo. Por outro lado em Alguber, onde existe o maior número de unidades do concelho do Cadaval, existem condições para ser aí localizada a referida unidade. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) lembrou que a Lourinhã que é o 3.º concelho com mais unidades não tem nenhuma estação de tratamento. Se vai haver uma no Cadaval, pergunta o que vai acontecer aos efluentes da Lourinhã. Há também o perigo do transporte de efluentes. Questionou porque razão o Cadaval votou contra e a Nazaré e Torres Vedras se abstiveram. Muitas vezes os limites das freguesias estão próximos de povoações que não pertencem à mesma freguesia pelo que existe sempre o risco de pela aprovação de uma assembleia de freguesia ficar essa unidade próxima de outra freguesia. Perguntou se já foi lançado algum concurso internacional para construção deste sistema. Caso tenha acontecido pode haver já uma localização definida. -- -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse estar curioso quanto à resposta do senhor Presidente da Câmara sobre o concurso internacional. Se o Cadaval vai ter uma estação própria e a Lourinhã, que é o 3.º maior produtor de porcos da região, não tem nenhuma estação, levanta novamente a preocupação sobre esta matéria. Existe uma certa insegurança quanto às localizações. Já há muitos anos que ouvem falar do Reguengo por causa da poluição das águas do Pó e acha curioso que não haja essa cautela quanto à Lourinhã. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) considerou inadmissível que seja quase 01.00 hora da manhã sem terem votado quase nada. É pena que quando nesta sala se procurou alterar estas possíveis situações não tenha havido um consenso, os partidos não tenham aceite um limite de tempo. São assuntos demasiado importantes para serem discutidos à 01.00 hora da manhã. Está certa que o senhor Presidente da Câmara vai zelar pelo melhor para o concelho. Não chegamos a lugar nenhum enquanto pensarmos que a poluição é um problema dos outros. Se há necessidade de parcerias é ter de haver cedências e escolher o local com o menor impacto ambiental. Estão aqui porque a Câmara Municipal pede autorização para subscrever o capital social desta empresa. Lamenta que os chefes de divisão se tenham ausentado. Questionando onde está esta verba cabimentada. Questionou igualmente onde estão os estatutos desta empresa.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que aquilo que está em discussão é a subscrição do capital social na TREVOESTE, achando que era fundamental terem os estatutos da empresa. Vão votar esta participação mas não querem dar um cheque em branco e nesse sentido chama a atenção que era importantíssimo que nas próximas sessões ordinárias da Assembleia Municipal passe a constar o relatório da participação municipal em empresas e associações. Irão todos estar especialmente atentos para monitorizarem o funcionamento desta empresa.-----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse não poder deixar de estranhar a intervenção da deputada Susana Manco. Lembrou que o princípio do poluidor pagador é comumente aceite nas questões ambientais. Se não houve cuidado aquando da

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

constituição desta sociedade, não é depois que o vão ter quando for tarde de mais. É nesta altura que se deve falar sobre os problemas.-----

-----**PROLONGAMENTO DA REUNIÃO:** Pelas 01.00 horas foi deliberado por maioria com 23 votos a favor e 2 contra prolongar os trabalhos por mais 1 hora.-----

-----O senhor Presidente da Câmara explicou que o motivo da abstenção da Nazaré se prende com o facto de não fazer parte da sociedade dado não drenar para a Lagoa de Óbidos. O Cadaval votou contra porque a respectiva associação de suinicultores ainda não se havia pronunciado. Quanto ao concurso internacional, disse que como a RESILIS estava a avançar com o mesmo, para que houvesse alguns benefícios em termos de economia de escala, foram incluídas as 3 unidades a fazer na área da Comunidade Urbana do Oeste. Inicialmente não estava prevista a inclusão da Lourinhã. Ele é que sensibilizou o presidente dessa autarquia a integrar esta empresa. Neste momento a posição que estão a tomar é a de subscrição do capital social. Claro que cuidaram de ver onde se localizariam as estações de tratamento, procurando que o peso maior fosse dos concelhos com mais unidades poluidoras. Logo que estejam prontos trará os estatutos da empresa. A subscrição deste capital social não está previsto em orçamento mas é sempre possível fazê-lo através de uma revisão. O facto de tomarem agora a deliberação deixa em aberto a possibilidade de harmonizar a acção em breve. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que o Bombarral já faz parte desta associação através da AMO. Questionou o que está previsto acerca da linha de água que passa no Vale do Roto e o que se vai transferir para esta empresa.--

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) considerou que este assunto possivelmente devia ter sido debatido na reunião de 07 de Janeiro, porque entrou nos serviços a 30 de Dezembro e pedia uma deliberação até 15 de Janeiro, pelo que não percebe o porquê desta deliberação não ter sido tomada na referida reunião. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse não ter percebido a explicação do senhor Presidente da Câmara. Estão aqui para autorizar a Câmara Municipal a subscrever o capital social de uma empresa e o senhor Presidente da Câmara disse que não existe cabimento mas que não há problema porque depois a Câmara faz uma revisão. Mas para haver revisões tem de haver argumentos técnicos. As duas últimas foram reprovadas e todas as que vêm à Assembleia trazem outras questões. À partida está-lhes a pedir um cheque em branco, não sabendo em que termos vai ser presente uma revisão nem quando. Neste momento não têm garantia nenhuma. Isto é um assunto importante mas o senhor Presidente da Câmara não se pode esquecer que há procedimentos a cumprir. Não havendo orçamento para 2005 estão sempre pendentes de revisões. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a AMO tem também uma participação de capital menor, mas todos os municípios que têm poluição estabeleceram participar de moto próprio. Não era justo que o Bombarral aceitasse que todos tivesse a mesma responsabilidade. O princípio do pagador poluidor aqui também se aceita. Foi por causa da linha de água referida pelo senhor João Paulo Hermenegildo que se trouxe a Lourinhã para este processo. Quanto à questão do

## ACTA N.º 02/2005 – Reunião de 25 de Fevereiro de 2005

orçamento não se deve desinserir do desenvolvimento da sociedade. Não propôs nenhuma revisão, o que propôs foram alterações. Apesar da preocupação na elaboração das contas, não havia a possibilidade de em simultâneo fazer novo documento, mas nunca fechou a porta à necessidade de elaboração de nova proposta.

-----Colocado o assunto à votação foi deliberado por maioria e em minuta com vinte votos a favor (8 do PSD, 8 do BP, 2 do CDS/PP e 2 da CDU) e 5 abstenções (5 do PS) autorizar a Câmara Municipal de Bombarral a subscrever o capital da empresa TREVOESTE – Projecto Integrado de Tratamento dos Efluentes das Suiniculturas das Bacias Hidrográficas dos Rios Tornada e Real / Arnóia no montante de € 5125. -----

-----**NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS:** Foi presente a seguinte proposta do Bombarral Primeiro: “Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens: Anabela Pereira Aires Jorge Silva Lopes; José Francisco Pina Patuleia.” -----

-----Colocada a proposta à votação por escrutínio secreto foi a mesma aprovada por maioria e em minuta com 23 votos a favor e 2 votos em branco. -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 01.45 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: